



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA
CAPITAL NACIONAL DO FOLCLORE E TERRA DE ÁGUAS QUENTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Olímpia/SP, 01 de outubro de 2024.

Memorando SF - Gab. nº 48/2024 – SMPF - Gabinete

Da: Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças

Para: Controladoria Geral do Município

Ref. TC-004499.989.23-4 – Relatório TC Contas anuais - 2023

Em atendimento aos apontamentos do Relatório citado informamos e esclarecemos os seguintes itens:

ITEM B.1 PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Plan/IEG-M)

- ***A prefeitura não realizou diagnóstico anteriormente ao planejamento; não houve a publicação dos resultados do relatório Anual de Avaliação dos programas finalísticos do PPA:***

Considerações: São solicitados as áreas/secretarias responsáveis pela execução dos orçamentos, as informações referentes ao Planejamento Municipal (PPA/LDO/LOA), sendo programas, metas, ações, valores, para que possam embasar resultados, e dessa forma compilarmos os dados, que servirão para a elaboração do mesmo, e extração de informações para compor relatórios de acompanhamento. No que se refere a publicação do relatório Anual de Avaliação dos Programas Finalísticos, de pronto já será atendido, estando disponível na página oficial do município. Destaco que, a cada exercício buscamos o melhoramento dos nossos processos internos seguindo as regras de Normativas e Leis existentes, e reforço que estaremos comprometidos em realizar o monitoramento para auferição adequada dos indicadores, objetivos e metas partindo da situação atual para os avanços obtidos.

- ***Fixação de dotações que não se coadunam com o objetivo estabelecido; incompatibilidade entre os valores previstos nas peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA);***

Considerações: No que tange essa questão, os dados presentes nas peças orçamentárias são solicitados as secretarias municipais, que atuam diretamente na execução de seus orçamentos, restando ao setor de Planejamento, a compilação dos dados e finalização das peças. Entretanto,



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA
CAPITAL NACIONAL DO FOLCLORE E TERRA DE ÁGUAS QUENTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

na elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025, realizamos uma análise criteriosa não permitindo tais incoerências apontadas. Estamos empenhados na busca do melhoramento no planejamento municipal com ênfase na gestão dos processos e ações voltados a matéria.

➤ ***Discrepância entre receita prevista e arrecadada, que atingiu 38% no exercício examinado;***

Considerações: Ocorre que, no exercício ora examinado, foi realizado pela Prefeitura Municipal, o processo de Concessão dos serviços de água e esgoto, tendo como vencedora a empresa SABESP, que se fez ganhadora oferecendo o montante de R\$ 148.000.000,00, valor bem acima do previsto inicialmente para a disputa, e quando da assinatura do contrato realizou o pagamento da metade do valor, R\$ 74.000.000,00, dentro do exercício de 2023. Essa entrada de receita não estava prevista no orçamento do ano, pois à época da realização da Lei Orçamentária Anual, o processo de concessão ainda não havia sido iniciado. Diante disso, o orçamento teve um acréscimo considerável em sua arrecadação, gerando tal discrepância entre valores orçados e arrecadados.

➤ ***Alterações orçamentárias de 50,25%, no período analisado;***

Considerações: Existem algumas peculiaridades no Orçamento Municipal que entendemos que devam ser considerados na interpretação dessas alterações orçamentárias. A proposta orçamentária é encaminhada ao Legislativo em agosto do exercício anterior e aprovada pela Câmara até o final do exercício, sendo bastante limitada a possibilidade do Executivo realizar alterações nesse período até a votação final. E para o exercício de 2023, o orçamento foi realizado dentro das normas vigentes, previsão de inflação disponível à época, e com receita municipal voltada as atividades fomentadas pelo setor de Turismo, que fortalece a arrecadação no segmento de serviços e consumo. Ainda destacamos que, os Municípios em particular os menores, contam com recursos de outras fontes (União, Estado e Financiamentos) em valores significativos, que não dependem apenas de sua gestão, mas também das políticas e orçamentos de outras unidades da federação, além das políticas de crédito das instituições financeiras públicas, que por sua vez dependem das políticas e regulamentos do Banco Central, dificultando o planejamento municipal. Ainda de extrema relevância, o município teve a entrada significativa no importe de R\$ 74.000.000,00, não prevista no orçamento, provenientes do processo de Concessão dos serviços de água e esgoto municipal. Dessa forma, recursos obtidos ao longo da execução orçamentária do exercício devem ser suplementados por excesso (Lei ou Decreto) ou por abertura de crédito especial (por Lei), o que traz benefícios para o Município, porém causa distorções no planejamento orçamentário. Assim, tivemos autorização do Legislativo, na LDO e na LOA, para efetuar diversas alterações no Orçamento por meio de Projetos de Leis,



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA
CAPITAL NACIONAL DO FOLCLORE E TERRA DE ÁGUAS QUENTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

e por outro lado, foram realizadas alterações por meio de atos do Executivo, dentro dos 15% autorizados. Deste percentual atingimos 9,25%, entendendo, portanto, que não houve "insuficiência no planejamento" e sim adequações necessárias para complementar as receitas municipais e elevar o atendimento à população, em particular nas áreas da Saúde, Assistência Social e Educação. Abaixo apresentamos os dados detalhados das movimentações por Lei e Decretos.

ITEM	VALOR (R\$)	PERCENTUAL (%)
DESPESA TOTAL INICIAL LOA	358.486.117,84	100%
VALOR AUTORIZADO NA LDO PARA ALTERAÇÕES POR ATO DO EXECUTIVO	53.772.917,68	15,00%
Valor total de alterações efetuadas por Decretos	33.177.340,37	9,25%
Decretos Anulação	15.161.144,61	4,229%
Decretos Excesso	8.706.531,17	2,429%
Decretos Superávit	9.309.664,59	2,597%
Valor total de alterações efetuadas por Leis	146.969.620,33	41,00%
Leis Anulação	17.339.516,00	4,837%
Leis Excesso	87.606.936,37	24,438%
Leis Superávit	42.023.167,96	11,722%
Valor total de alterações efetuadas por Leis e por Decretos	180.146.960,70	50,25%
Anulação	32.500.660,61	9,066%
Excesso	96.313.467,54	26,867%
Superávit	51.332.832,55	14,319%
TOTAL ENCONTRADO PELA AUDITORA		50,25

(*) PREFEITURA, DAEMO, INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA

➤ **Necessidade de aprimoramento do Departamento de Planejamento;**

Considerações: O município vem estruturando o setor de Planejamento e Orçamento, desde sua criação efetiva que aconteceu no exercício de 2017, ainda possuímos uma equipe pequena porém comprometida com as atividades relacionadas ao Planejamento Municipal. Além disso, para se realizar um planejamento preciso, dependemos da colaboração e comprometimento das demais áreas que compõem a estrutura



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA
CAPITAL NACIONAL DO FOLCLORE E TERRA DE ÁGUAS QUENTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

organizacional, com isso, encontramos dificuldades devido a frequente alteração de funcionários e demais fatores que influenciam diretamente nas ações e elaboração das peças orçamentárias. Entretanto, o setor busca diariamente se atualizar e aperfeiçoar para que tenhamos um planejamento municipal de excelência.

- **Necessidade de melhorias nos quesitos que compõem o IEG-M/I-Plan;**
Considerações: Ressaltamos que, em nenhum momento durante a realização do IEG-M tivemos a intenção de responder com dados diferentes do Real/Verdadeiro, e que, as respostas contam com informações de acordo com a interpretação das perguntas por nós realizadas, baseadas nos elementos coletados na administração vigente. Além disso, estamos em frequente busca de aprimoramento dos serviços fornecidos a população, para compor uma maior efetividade na conclusão do IEG-M/I-Plan.

ITEM B.2 ADEQUAÇÃO FISCAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Fiscal/IEG-M)

- ***Não foi instituído procedimento de revisão do cadastro imobiliário estabelecendo a sua periodicidade; no instrumento normativo que obriga (o)s Cartórios(s) de Registro de Imóveis e Distribuidor(es) a informar periodicamente as transmissões imobiliárias realizadas no seu território, para fins de incidência do ITBI, não há previsão de aplicação de multa pelo não atendimento;***

Considerações: O artigo 119 da Lei Complementar nº 212, de 02 de outubro de 2018 (Código Tributário Municipal), determina obrigação de envio de todos os atos translativos (transações imobiliárias) ao cadastro imobiliário municipal.

Art. 119 Os tabeliães deverão, no prazo de 15 (quinze) dias dos atos praticados, comunicar todos os atos translativos de domínio imobiliário, identificando-se o objeto da transação, nome das partes e demais elementos necessários ao cadastro imobiliário municipal.

Esses atos são enviados, não existindo até o momento nenhuma resistência ou dificuldade por parte do tabelião, porém cabe destacar que apesar de não existir uma multa específica para o caso de descumprimento, poderá ser aplicada a penalidade prevista no art. 265, I, dessa mesma norma legal.

Art. 265 Nos casos em que a legislação específica for omissa, as penalidades serão graduadas por ato administrativo da Secretaria Municipal de Finanças, após regular procedimento administrativo, de acordo com os seguintes parâmetros:

I - Descumprimento de outras obrigações previstas em lei: R\$ 500 (quinhentos reais);



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA
CAPITAL NACIONAL DO FOLCLORE E TERRA DE ÁGUAS QUENTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

§ 1º Os valores fixados nos itens acima serão objeto de atualização monetária anualmente, de acordo com a variação positiva do IPCA.

- **O Anexo de Metas Fiscais, que integra a LDO, não contém demonstrativo de estimativa e compensação de renúncia de receita para o respectivo exercício orçamentário;**

Considerações: Para fins de esclarecimento quanto ao não envio dos dados referente ao Demonstrativo 7 – Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita, cabe informar que o mesmo foi elaborado e enviado à Câmara Municipal em atendimento a legislação vigente, porém devido ao município não ter previsão de renúncia de receita para o exercício de 2023, o demonstrativo supracitado foi elaborado sem valores, sendo assim o sistema informatizado gerador dos XMLs equivocadamente não identificou valores e portanto não gerou o xml do mesmo.

- **Necessidade de melhorias nos quesitos que compõem o IEG-M/I- Fiscal;**

Considerações: Ressaltamos que, durante a realização do IEG-M respondemos com dados Real/Verdadeiro, e que, as respostas contam com informações de acordo com a interpretação das perguntas por nós realizadas, baseadas nos elementos coletados na administração vigente. Além disso, estamos em frequente busca de aprimoramento dos serviços fornecidos a população, para compor uma maior efetividade na conclusão do IEG-M/I- Fiscal.

ITEM C.1.1 RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **Elevado índice de alterações orçamentárias indicando necessidade de melhorias no planejamento;**

Considerações: O índice estabelecido na LDO e LOA é de 15% para transposição, remanejamento e transferência, trata-se de uma autorização, não significando que necessariamente será utilizada durante a execução orçamentária. Salientamos que desse índice, embora recorrente na Prefeitura, não tem sido utilizado em seu total, porém, a defasagem da elaboração da peça orçamentária, com sua execução, é ineficaz diante de oscilações da atividade econômica, bem como outros fatores que de uma forma ou outra atinge a execução orçamentária municipal. Logo, esse índice tem sido aprovado por precaução e flexibilidade em quaisquer tipos de fatalidades.. Lembramos que a Constituição Federal em seu artigo 165, §8º, permite que a autorização de suplementações orçamentárias, já seja estabelecida na própria LOA, sendo aberto os créditos por Decreto, conforme descrito no artigo 42 da Lei n.º 4.320/64, no decorrer do exercício conforme a necessidade. Cabe ressaltar que, dos 15% autorizados para o município, foram utilizados o percentual de 9,25%.

- **Divergência nos valores informados ao Sistema AudeSP das alterações Orçamentárias;**



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA
CAPITAL NACIONAL DO FOLCLORE E TERRA DE ÁGUAS QUENTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Considerações: Diante da diferença apresentada, no valor de R\$ 567.010,63, realizamos conferência em nosso sistema contábil, bem como, nos XMLs enviados ao sistema Audesp, e constatamos que o sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas, não considerou para elaboração de seus relatórios algumas alterações orçamentárias realizadas, de Fonte Operação de Crédito, zerando as linhas do relatório disponível. Tais valores não considerados estão presentes nas linhas aprovadas com a Lei Municipal n.º 4903 e no Decreto Municipal n.º 8707, reforçando que estão presentes no XML do planejamento enviado ao Audesp, porém não foram consideradas para fins de conferência e emissão dos relatórios do órgão, como segue abaixo:

ORÇAMENTO	4903/2023	20/03/2023	20/03/2023 Alteração orçamentária	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 25.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ORÇAMENTO	4903/2023	20/03/2023	20/03/2023 Alteração orçamentária	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 25.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ORÇAMENTO	4903/2023	20/03/2023	20/03/2023 Alteração orçamentária	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 25.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ORÇAMENTO	4903/2023	20/03/2023	20/03/2023 Alteração orçamentária	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 25.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ORÇAMENTO	4903/2023	20/03/2023	20/03/2023 Alteração orçamentária	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 25.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ORÇAMENTO	4903/2023	20/03/2023	20/03/2023 Alteração orçamentária	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 25.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

ns1:Numero	ns1:DataPublicacao	ns2:ContaCorrente	ns2:ContaCorrente75	ns1:MovimentoCredito77	ns1:MovimentoDebito78
8707/2023	20/03/2023	522130100	CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	-	192.000,00
8707/2023	20/03/2023	522130400	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	192.000,00
8707/2023	20/03/2023	522139900	VALOR GLOBAL DA DOTAÇÃO ADICIONAL I	192.000,00	-

		4903/2023	
Rótulos de Linhas	Descrição	Soma de ns1:MovimentoCredito77	Soma de ns1:MovimentoDebito78
522130100	CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	-	3.922.254,42
522130201	CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS	-	25.000,00
522130100	SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	-	3.087.254,42
522130200	EXCESSO DE ARRECAÇÃO	-	100.000,00
522130300	ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	-	385.020,00
522130400	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	375.000,00
522139900	VALOR GLOBAL DA DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	3.947.254,42	-
522130400	(-) CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES	385.020,00	-

Portanto, o valor a ser considerado de alterações orçamentárias executado enviado ao sistema Audesp é R\$ 180.146.970,70.

ITEM C.1.4 DÍVIDA DE LONGO PRAZO

➤ **Aumento da dívida de longo prazo em 47,80%;**

Considerações: O aumento na dívida de longo prazo, foi gerado em virtude da realização de financiamentos pela Administração Municipal, buscando recursos a serem utilizados na área de investimentos do município, sendo assim, agora necessário o cumprimento dos compromissos assumidos. Quanto as dívidas da empresa Prodem (em processo de liquidação), ocorreu a absorção pela prefeitura dos valores a pagar, sendo consequência do encerramento da atividade da empresa, que já vinha a vários exercícios seguidos acumulando déficit e era alvo inclusive de apontamentos do próprio TCE;



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA
CAPITAL NACIONAL DO FOLCLORE E TERRA DE ÁGUAS QUENTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

ITEM C.1.6 DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

- *Os registros contábeis não observaram as orientações previstas na Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 15 da Secretaria do Tesouro Nacional, consoante o disposto no Comunicado SDG n29, de 27 de maio 2021;*

Considerações: No que tange aos Depósitos Judiciais e Extrajudiciais constatamos que, ocorre a ocorrência de movimentações realizadas entre contas, do rol de bancos da prefeitura, por simples transferência, sendo esse o caso da recomposição do fundo de reserva da LC 151/2015, que não geraram ou representaram despesa ou receita, e não houve a emissão de empenho/liquidação/pagamento. Entretanto, por falha no procedimento interno, deixaram de ser devidamente contabilizados. Na conferência mensal das posições do rol de bancos do setor de tesouraria e das contas contábeis, não há diferenças que não foram conciliadas, porém, a particularidade destas operações envolvendo os depósitos judiciais e extrajudiciais exige uma atenção especial (IPC 15 da STN). Certo de que necessitamos realizar os devidos ajustes das contas do passivo circulante com base na posição do extrato da conta bancária do exercício de 2023, reconhecer as movimentações que houve no presente exercício e acompanhar a posição mensal destas contas bancárias, criando uma rotina mensal para conferência.

ITEM E.2 FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

- **Falta de Fidedignidade na prestação de informações enviadas via Sistema Audesp (C.1.1, C.1.6);**

Considerações: No caso do item C.1.1, foi relatado nesse documento o fato ocorrido para tal diferença apontada nesse relatório de contas, sendo que para o município não houve divergência de informações prestadas ao Audesp e sim não foram considerados pelo sistema de auditoria eletrônica do Tribunal de Contas, valores de alterações orçamentárias, Fonte Operação de Crédito, que estavam presentes no XML enviado por essa municipalidade e que está disponível para análise na plataforma de prestação de contas. Dessa forma, contata-se que não houve falta de fidedignidade nessas informações prestadas.

Quanto ao Item C.1.6, estamos cientes que necessitamos realizar os devidos ajustes das contas do passivo circulante com base na posição do extrato da conta bancária do exercício de 2023, reconhecer as movimentações que houve no presente exercício e acompanhar a posição mensal destas contas bancárias, criando uma rotina mensal para conferência. Ressaltamos que, em momento algum houve a intenção de não informar os dados ao sistema Audesp, para tanto existem os saldos financeiros a comprovar, e iremos adequar os lançamentos contábeis.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA
CAPITAL NACIONAL DO FOLCLORE E TERRA DE ÁGUAS QUENTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

ITEM F.1 PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS.

- O município poderá não atingir diversas metas propostas pela Agenda 2030 entre países-membros da Organização das Nações Unidas-ONU, estabelecidas por meio Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS;

16.6 – Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

16.7 – Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

17.1 – Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio de apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas.

14.14 – Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.

Considerações: Ressaltamos que a Agenda 2030, traz metas e ações, ambiciosas e universal para o desenvolvimento global. Para isso, o município busca em suas ações administrativas e sociais repensar os processos sendo eles de produção e descarte, revendo hábitos e identificando os pontos que devem ser melhorados para que visem o crescimento econômico, em paralelo com ações ecológicas, evidenciando um equilíbrio entre ambos. O município está buscando alinhar suas políticas públicas com as ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estipulados na Agenda 2030, entretanto são muitos desafios a serem vencidos e estamos cientes da necessidade de sua realização, esperamos com brevidade que possamos concretizar tudo que foi estipulado.

ITEM F.2 ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES/DETERMINAÇÕES DO TCESP

- **Desatendimento às recomendações Desse E.TCESP;**

Considerações: A Constituição Federal em seu artigo 165, §8º, permite que a autorização de suplementações orçamentárias, já seja estabelecida na própria LOA, sendo aberto os créditos por Decreto, conforme descrito no artigo 42 da Lei n.º 4.320/64, no decorrer do exercício conforme a necessidade. Cabe ressaltar que, dos 15% autorizados para o município, foram utilizados o percentual de 9,25%. Ainda de extrema relevância, a entrada significativa no importe de R\$ 74.000.000,00, não prevista no orçamento, provenientes do processo de Concessão dos serviços de água e esgoto municipal. Dessa forma, esse recurso e outros obtidos ao longo da execução orçamentária do exercício analisado, devem ser suplementados por excesso (Lei ou Decreto) ou por abertura de crédito especial (por Lei), o que



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA
CAPITAL NACIONAL DO FOLCLORE E TERRA DE ÁGUAS QUENTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

traz benefícios para o Município, porém causa distorções no planejamento orçamentário. São ações realizadas pelo Executivo Municipal, que não estavam previstas no planejamento inicial, porém foram inseridas na LOA vigente, propiciando investimentos no município e beneficiando a população com as ações advindas desses recursos. Afirmo que, o município trabalha buscando excelência em suas ações, para que não ocorra irregularidades na gestão dos recursos e nas políticas públicas, objetivando o atendimento a população.

RAQUEL CRISTIANE NAVARINI
Secretária Municipal de Planejamento e Finanças